

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>                  | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>                          |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>              | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>               | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>                   |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>           | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>                        |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>                        |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>                | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>         |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>                   | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>                     |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>     | Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>        | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>                  |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>               | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>                        |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>            | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>           |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>            | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>                  |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>               | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>              |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>    | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>       |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>               | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>           |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>       | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>     | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>            |   |

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 995/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas da comarca de Campo Grande de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 996/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco, conforme quadro abaixo:

| MEMBRO                            | DATA           |
|-----------------------------------|----------------|
| Bolivar Luis da Costa Vieira      | 4 a 8.3.2024   |
| Estéfano Rocha Rodrigues da Silva | 11 a 15.3.2024 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 997/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 4 a 15.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 884/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 20.2 a 20.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001779-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 998/2024-PGJ, DE 5.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 18ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 25 a 27.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 999/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça José Aparecido Rigato para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Antonio Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1000/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Zona Eleitoral de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1001/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 50ª Zona Eleitoral de 18.3 a 16.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 890/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 21.2 a 11.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001854-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1002/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Zona Eleitoral de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1003/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Amambai de 25.3 a 20.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1004/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã de 15 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 939/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Élcio Félix D'Angelo 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 11.3 a 9.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001850-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1005/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Magno Oliveira João.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1006/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 19ª Zona Eleitoral de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Magno Oliveira João.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1007/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1008/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Batayporã em 1º.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 914/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 25 (vinte e cinco) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 22.4 a 16.5.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001816-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1009/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista em 1º.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1010/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 17ª Zona Eleitoral em 1º.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1011/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Batayporã em 11 e 12.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 940/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 10 (dez) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 11 a 20.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001851-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1012/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Batayporã de 25 a 27.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 938/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 10 (dez) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 22.2 a 2.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001814-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 915/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 25 (vinte e cinco) dias de folga compensatória, sendo 13 (treze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 12 (doze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 26.2 a 21.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001813-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1013/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 11ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande em 5.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 892/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Simone Almada Goes 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 30.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001932-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 831/2024-PGJ, DE 28.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Christiane de Alencar 1 (um) dia de folga compensatória em 29.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2004/2005, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício



**PORTARIA Nº 770/2024-PGJ, DE 27.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 2 (dois) dias de folga compensatória em 29.2 e 1º.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 976/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 3 (três) dias de folga compensatória de 22 a 24.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2021/2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 975/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 974/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 1 (um) dia de folga compensatória em 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 973/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 3 (três) dias de folga compensatória de 3 a 5.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 878/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 5 (cinco) dias de folga compensatória de 8 a 12.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 969/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1237/2023-PGJ, de 25.10.2023, que concedeu a conversão em abono pecuniário de um terço das férias à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin, de forma que, onde consta: “Período - 19 a 28.2.2024”, passe a constar: “Período – 10 a 19.4.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 968/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 10 (dez) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídos de 23.2 a 3.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 972/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir do dia 27.2.2024, as férias regulamentares da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin concedidas por meio da Portaria n° 968/2024-PGJ, de 4.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 991/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 2 (dois) dias de folga compensatória em 28 e 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 990/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 5 (cinco) dias de folga compensatória de 20 a 24.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 989/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 1 (um) dia de folga compensatória em 27.5.2024, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2023, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução n° 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 988/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara Cível da comarca de Aquidauana em 5.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 987/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara Cível da comarca de Aquidauana em 6.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 994/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva 1 (um) dia de folga compensatória em 29.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2009/2010, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 993/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva 2 (dois) dias de folga compensatória em 25 e 26.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 992/2024-PGJ, DE 5.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1022/2024-PGJ, DE 6.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça aposentado Amaury Paes Barreto a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, a contar do mês de dezembro de 2017, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988 (PGA nº 09.2023.00012499-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1030/2024-PGJ, DE 6.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin para, sem prejuízo de suas funções, atuar como uma das coordenadoras do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial, CEIMPA/REINTEGRA, nos termos da Portaria Conjunta nº 2.831, de 6.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-273/2024/PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliane Cristina Gomes, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO      | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|--------------|------------|---------------------|
| 2022/2023          | 5                  | 1 a 5.4.2024 | GOZO       | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-281/2024 - PGJ, DE 7.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 5.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-282/2024/PGJ, DE 7.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Rafael Ademar Lemos de Moura, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 1 a 8.3.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-283/2024/PGJ, DE 7.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Juliana Belle Toniazzi Manfio, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, em razão de concessão de guarda judicial para fins de adoção, no período de 20.2 a 18.6.2024, conforme artigo 147, caput, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 e artigo 59, inciso I, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 e, a prorrogação nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º, inciso I, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14.1.2009, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 19.6 a 17.8.2024, nos termos dos artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-284/2024/PGJ, DE 7.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Stella Trota, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20.2 a 20.3.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 18 DE MARÇO DE 2024.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000374-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000785-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000827-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000897-8.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001734-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002414-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006295-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002957-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004600-2.

**3. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008454-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009863-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000761-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006865-5.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003074-7.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004663-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000734-6.



**6. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006461-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011011-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012054-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000591-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006246-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007150-5.

**7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000483-8.

**8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012106-3.

**9. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004907-0.

**10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010277-0.

**11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001167-5.

**12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010250-0.

**13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004922-1.

**14. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001480-3.

**15. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006259-4.

**16. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006699-7.

**17. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002376-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002379-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002909-5.

**18. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001089-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004266-7.

**19. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000729-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000731-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011385-6.

**20. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000237-3.

**21. Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000737-9.

**22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005524-9.

**23. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000151-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005049-8.

**24. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003400-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009408-6.

**25. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002034-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005991-2.

**26. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000083-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004891-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012038-6.

**27. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009725-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007168-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012288-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011407-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007685-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011579-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012416-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010706-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000272-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004060-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009805-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007991-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004061-2.

**28. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000855-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002122-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002768-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008499-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010218-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011475-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011830-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012196-7.

**29. 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000773-4.

**30. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006388-9.

**31. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000321-0.

**32. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009886-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001323-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001410-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004936-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004940-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005146-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005294-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005375-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009210-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010195-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011701-9.

**33. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001887-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003639-2.

**34. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000750-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000756-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000757-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000763-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000764-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001085-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001488-4.

**35. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000367-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000481-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000609-1.

**36. 62ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007733-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010617-7.

**37. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00013094-4.

**38. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002783-1.

**39. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004457-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007468-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007645-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011621-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000200-0.

**40. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011849-1.

**41. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011797-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006881-1.

**42. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012365-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012378-3.

**1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****1.2.1. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00001537-2:****67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000827-7

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000640-6

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001067-6

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001186-4

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001381-8

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000004-9

Inquérito Civil nº 06.2022.00000051-6

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001529-7

Inquérito Civil nº 06.2023.00000070-9

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001598-6

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000046-4

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000071-0

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00011958-3:****3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001879-3

**3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00011954-0:****3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000312-0

**1.2.2. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00001543-9:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001716-1

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003434-9

**76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001769-8

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000625-0

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000711-6

**Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000890-4

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000900-3

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001175-3

Inquérito Civil nº 06.2022.00000983-0

Inquérito Civil nº 06.2022.00001532-0

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001177-5

**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001222-0

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000005-0

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000054-9

Inquérito Civil nº 06.2022.00001595-3

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000305-7

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000593-3

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001512-0

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001555-3

**Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000032-0

**1.2.3. CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00001545-0:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001256-0

Inquérito Civil nº 06.2020.00000422-6



Inquérito Civil nº 06.2022.00001498-7

Inquérito Civil nº 06.2022.00001582-0

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000513-0

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001296-3

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001296-3

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001396-2

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001399-5

**Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001421-7

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001526-0

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000614-3

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000698-7

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000513-0

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000884-1

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001055-8

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001547-5

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000007-5

**76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000018-6

**2. Ordem do dia:**

**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:**

**2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001876-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo



Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Justino Machado Nogueira

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consubstanciado na supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente do córrego Mantena, na propriedade rural denominada Estância Três Netinhas, localizada neste Município.

## **2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001360-7**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia/MS

Assunto: Apurar a falha na implementação das medidas necessárias para reforma e adequação estrutural das escolas municipais de ensino de Cassilândia.

## **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001032-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Agropecuária Almeida Prado LTDA

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,29 hectares em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Bom Jesus II, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 301/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

## **4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001289-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal José Dorileo de Pina visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001361-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Indubrasil, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001378-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Lar de Sheila, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001386-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Marcos Roberto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001409-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual





Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Paulo Siufi, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001426-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Elza Francisca de Souza Maciel, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001435-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2023.00000193-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Brasil

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana composta por alguns canais de drenagem, que abrangem dentro do perímetro urbano cinco bairros (José Abrão, Panamá, Popular, Nova Campo Grande e Núcleo Industrial) e parte de sete outros bairros (Nasser, Santo Amaro, Santo Antônio, Sobrinho, Taveirópolis, São Conrado e Caiobá), por ocasião do PROGRAMA SOS RIOS: Projeto Nascentes Urbanas de Campo Grande “Água para o Futuro” – Bacia hidrográfica: Córrego Imbirussu.

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2018.00003633-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcos Antonio Rondon de Oliveira Filho

Assunto: Apurar o desmatamento irregular de, aproximadamente, 39 hectares na Fazenda Rio Formoso.

**Advogado: Janaina Bonoimini Pickler – OAB/MS nº 13.137.**

#### **13. Inquérito Civil nº 06.2019.00001053-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Nunes Golgo & Alves Sociedade de Advogados pelo Município de Glória de Dourados, com a finalidade de prestar serviços de recuperação financeira dos pagamentos a maior referente a contribuição previdenciária patronal.

#### **14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001228-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Darthesy Novaes Caminha, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001230-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Desembargador Carlos Garcia de Queiroz, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001293-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira Tamune Kalivono, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001335-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Demosthenes Martins, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001367-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ivone Calarge Zahran, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**19. Inquérito Civil nº 06.2022.00001371-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso Escola Municipal Professora Maria Tereza Rodrigues - Extensão VIII, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**20. Inquérito Civil nº 06.2022.00001375-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Juracy Galvão Oliveira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**21. Inquérito Civil nº 06.2023.00000209-5 – SIGILOSO**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

**22. Inquérito Civil nº 06.2021.00001418-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS

Requerido: Mardônio Gonçalves Silva

Assunto: Apurar o déficit de 416,07 hectares em área de Reserva Legal; bem como a ausência de vegetação arbórea densa



em 136 hectares nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs); e em 32 hectares nas Áreas de Preservação Permanente, na Fazenda Santa Helena, nesta cidade de Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 044/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios – Projeto Córrego Curupai), tendo como investigado Mardônio Gonçalves Silva.

### **23. Inquérito Civil nº 06.2020.00000274-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cláudio Balzan

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Água Clara - matrículas 783 e 1716, pertencente ao Sr. Claudio Balzan, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

### **24. Inquérito Civil nº 06.2018.00001558-5**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Roberto Razuk Filho e Pedro Brum V. Oliveira & Cia Ltda-EPP

Assunto: Apurar possível prática que caracteriza improbidade, decorrente do desvio de funcionários contratados da empresa terceirizada Pedro Brum V. Oliveira & Cia Ltda., para prestarem serviços junto à Secretaria de Assistência Social, no intuito de favorecer campanha política do filho da então prefeita Délia Razuk.

## **2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

### **1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000799-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Garcia Castilho

Assunto: Adotar as medidas necessárias para regularização jurídico-ambiental da "Fazenda Berrante de Ouro", frente à necessidade de reformas e manutenção nas curvas em nível e caixas de contenção, para os fins de conter alguns "trieiros" ou fissuras causadas pelo trânsito de animais de cria nas proximidades.

### **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001358-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

### **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001365-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

### **4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001337-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001393-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001377-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001393-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001397-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001418-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001422-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**11. Inquérito Civil nº 06.2023.00000225-1 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

**12. Inquérito Civil nº 06.2023.00001312-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo César Ribeiro da Costa

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de desmatamento, exploração econômica ou degradação de floresta,



plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente. Ainda, desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente.

**13. Inquérito Civil nº 06.2022.00000608-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Tsutomu Miyoshi

Assunto: Apurar desmatamentos, possivelmente ilegais, de 27,16 ha, realizado no período compreendido entre 04/12/2020 e 21/08/2021, conforme Laudo Técnico n.º 273/21/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2021), de 1.20 ha, ocorrido entre 19/02/2022 e 22/04/2022, conforme Laudo Técnico n.º 329/22/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2022) e de 22,59 ha, realizado no período entre 07/09/2021-29/03/2022, conforme Laudo Técnico n.º 276/22/Nugeo, ocorridos na Fazenda Córrego Fundo, em Camapuã/MS, de propriedade de Jorge Tsutomu Miyoshi.

**14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001226-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001227-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001266-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001278-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001288-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**19. Inquérito Civil nº 06.2022.00001377-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.



Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**20. Inquérito Civil nº 06.2022.00001348-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**21. Inquérito Civil nº 06.2022.00001226-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**22. Inquérito Civil nº 06.2022.00001471-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adair Furtado de Almeida

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal de uma área total de 44,84 hectares, ocorrido no período de 04/11/2020 a 29/03/2021 na Fazenda Três Marias, localizada em Figueirão, de propriedade de Adair Furtado de Almeida, conforme Laudo Técnico n.º 327/21/Nugeo.

**2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**

**1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000404-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Proprietário da Fazenda Vista Alegre

Assunto: Apurar suposta poluição ambiental na Fazenda Vista Alegre, ante a suposta existência de 3 (três) poços tubulares para captação de água subterrânea sem as devidas licenças/autorizações ambientais necessárias.

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001236-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Celina Martins Jallad visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001241-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profª Brigida Ferraz Foss visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.



**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001251-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Osvaldo Cruz visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001270-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Antonio Lopes Lins visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001282-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Isauro Bento Nogueira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001287-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal José do Patrocínio visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001345-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Carlos Nei da Silva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001372-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI José Carlos de Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001379-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profº Alberto Guilherme Batistoti (antiga EMEI Anhandui) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.



**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001384-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Marco Antônio Santullo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001385-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Vó Fina visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001392-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Maria Oliveira Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001400-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Nossa Senhora de Fátima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001415-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Eloy Souza da Costa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001420-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Adriana Nogueira Borges visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001421-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Ayd Camargo César visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001437-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Santa Bárbara visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**19. Inquérito Civil nº 06.2020.00000275-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Valderi Balzan

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Boa Vista I - matrículas 785, 784, 1318, 1366 E 6091, pertencente ao Sr. Valderi Balzan, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

**20. Inquérito Civil nº 06.2020.00001225-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Thamiris Aparecida da Cruz Silva

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental ocorrido pela perturbação e poluição sonora causada ao redor do bar denominado "Stop Beer".

**21. Inquérito Civil nº 06.2021.00000112-2**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana

Requerido: Imobiliária e Agropecuária Jereissati S.A

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais no imóvel localizado na Av. Aracy Teixeira Nahas, Lote FA2B, Novos Estados, bem como as medidas necessárias para sua reparação.

**22. Inquérito Civil nº 06.2021.00000545-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adriano Ferreira; José Ovídio Machado; Luciano Ferreira; Marlene Giantomassi Machado e Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira

Assunto: Apurar o déficit de 69,88 hectares em área de Reserva Legal de modo a atender o mínimo legal de 20%, bem como o déficit de 7 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas de Reserva Legal (fora da APP) e o déficit de 2 hectares de vegetação arbórea densa na Área de Preservação Permanente, na Fazenda Duas Irmãs, em Angélica/MS, conforme Parecer n. 066/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

**23. Inquérito Civil nº 06.2022.00000542-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogério Pitta, Dieny Berton Peralta, Thiago Oliveira Barberato e Flavia Renata Barbosa Gomes Pitta

Assunto: Apurar o desmatamento de 0,24 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa e área de Reserva Legal, na Chácara Fazenda- Parte 04, em Bonito/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico no 181/22/NUGEO.

**24. Inquérito Civil: 06.2023.00000218-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual Comarca de Paranaíba

Requerido: Ricardo Aparecido Silva Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 1,29 hectares de vegetação nativa em área de Savana/Floresta Estacional Semi-decidual Submontana (Mata – SNc/(Sd+Fs) na Fazenda São José, em Paranaíba, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 439/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001482-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001487-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001488-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001563-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001567-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

**6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001849-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no tocante a Unidade de Conservação da Gruta do Lago Azul, bem como suposta omissão do IMASUL quanto a gestão financeira de tal atrativo.

**7. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007100-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Idevaldo Garcia Leal Junior

Recorrente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal de Três Lagoas.

**2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000672-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Colpar Participações S/A

Assunto: Apurar o déficit de 823,26 hectares para composição da Reserva Legal na propriedade; bem como a ausência



de 109,10 hectares de vegetação arbórea densa (fora da APP) e a ausência de 49,59 hectares de vegetação arbórea densa em Área de Preservação Permanente e eventuais processos erosivos.

## **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000410-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Luana Custódio Barros

Assunto: Apurar a supressão de 13,66 hectares de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração; e 2,094 hectares de vegetação nativa em área de reserva legal, ambas integrantes do Bioma de Mata Atlântica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IBAMA nº FRSEOI20 e Auto de Infração IBAMA nº XP7FKJQU, respectivamente, tendo como investigados Rio Amambai Agroenergia S/A e Luana Custódio de Barros.

## **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001089-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato celebrado com a empresa Neuza Correa da Silva ME, contratada para prestação de serviços relativos à iluminação pública.

## **4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001224-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Nagen Jorge Saad, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001408-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Pascoala Vera Rios, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001419-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Santa Emília, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001432-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Maria Josefina Bezerra Xavier (antiga EMEI Base Aérea), visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

## **8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001436-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Sandra Mara Gobbo, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001279-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Prof.º João Cândido de Souza, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001342-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Bem Te Vi, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001344-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Campo Verde, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001383-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Zacarias Vieira de Andrade, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001389-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Maria de Lourdes Vieira Castoldi, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001396-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Michel Scaff, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001398-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Nilda de Almeida Coelho, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001399-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Nossa Senhora Auxiliadora, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001402-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI O Bom Pastor, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**18. Inquérito Civil n.º 06.2023.00000629-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Onivaldo Cândido de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,40 hectares de vegetação nativa remanescente, dos quais 0,16 hectares atingiram Reserva Legal Proposta, na Fazenda São Joaquim (Projeto de Assentamento São Joaquim Lote 116), em Selvíria/MS, realizada sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 69/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Auto de Infração nº 012425/2023.

**19. Inquérito Civil n.º 06.2021.00001390-7 – SIGILOSO**

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

**2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000209-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Comercial de Aquidauana

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca de possível dano ambiental em área de preservação permanente na “Colônia de Férias”, de propriedade da Associação Comercial de Aquidauana.

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001493-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de José Paim Telles

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 3,27 hectares de vegetação nativa em área de Floresta Aluvial, na propriedade rural Fazenda Mandioca (CARMS0058766), no Município de Camapuã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 675/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017)

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001225-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agnaldo Sabino

Assunto: Apurar a situação ambiental do lote nº 597 do Assentamento Teijin, após exploração vegetal nativa e incêndio ocorrido em 13/08/2021.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001233-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Doutor Eduardo Olimpio Machado, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.



**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001264-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Alberto Guilherme Batistoti, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001272-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Arassuay Gomes de Castro, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001285-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal João Nepomuceno, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001290-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Wilson Taveira Rosalino, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001343-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Botafogo, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001347-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Cleomar Baptista dos Santos, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001357-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Antônio Lopes Lins Extensão V, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.



**12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001364-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ipiranga, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001390-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Dulce Prata Cançado, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001395-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Menino Jesus de Praga, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**15. Inquérito Civil nº 06.2023.00001310-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José dos Santos

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de supressão vegetal de 0,41 hectares de floresta nativa no Assentamento Canoas, MS 112, Lote 014 de coordenadas nº 22K 393935 7771396, sem autorização do órgão ambiental competente.

**2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000428-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Gislaine Fernandes da Silva e Aparecido Luiz Bueno

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente na supressão de vegetação nativa sem autorização legal, no sítio Vitória, Lote 455, Linha Amizade, no Assentamento Teijin, em Nova Andradina/MS.

**2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001147-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hof Clinic Campo Grande Ltda.

Assunto: Apurar eventual utilização de produtos irregulares pela clínica “Silva e Silva Ltda.” – Dr. Anderson Silva HOF Clinic.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001412-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Aparecida dos Santos Correia

Assunto: Apurar possível acumulação de cargos e incompatibilidade de horários por parte da Vereadora Maria Aparecida dos Santos Correia, conhecida como Cida do Zé Bugre, a qual, em tese, estaria acumulando cargo com horários incompatíveis de trabalho, no Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador – CIAT, das 08h às 13h, e dentro desse período de trabalho, realizava atendimento na Câmara Municipal às 11h.

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000872-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ariodo Ferreira Pinto

Assunto: Apurar a supressão de 11,03 hectares, no período compreendido entre 19/02/2022 e 22/04/2022, em área remanescente de vegetação nativa e reserva legal proposta, na fazenda Ponte Nova Mirassol, em Figueirão/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 315/22/NUGEO.

**Advogado: Túlio Cassiano Garcia Mourão – 11.903.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001216-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Leogevildo de Melo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001225-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Carlos Vilhalva Cristaldo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001257-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Padre José Valentim visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001258-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Leire Pimentel de Carvalho Corrêa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001261-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Oliva Enciso visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001322-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: COPASUL Cooperativa Agrícola Sul-Mato-Grossense Ltda.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade denominada "COPASUL Unidade Fecularia", localizada na BR-163, KM 142,5, Zona Rural, Naviraí/MS, noticiada no Auto de Infração nº 010048/2022 e Laudo de Constatação nº 013123/2022, bem como promover medidas necessárias a recuperação e reparação ambiental.

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001351-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Eleodes Estevan visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001354-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Dr. Tertuliano Meirelles – Extensão V visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001360-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Iber Gomes de Sá visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001362-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Profº Vanderlei Rosa de Oliveira - EXTENSÃO I visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001376-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Lafayete Câmara de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001382-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Luiz Carlos Sobral Pettengill visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001387-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Carlota Tibau de Vasconcelos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001411-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Pedacinho do Céu visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001423-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Elenir Zanqueta Molina (antigo CEINF Nascente do Segredo) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 4ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024.**

**2. Ordem do dia:**

**2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000332-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Abel Teodoro e Marinaldo Natalino Batista

Assunto: Apurar eventuais práticas de atos de improbidade administrativa consistentes na utilização de veículo público municipal para fins particulares (Lei n. 8.429/92, art. 9º, IV) e na permissão de tal utilização (Lei n. 8.429/92, art. 10, XIII).

**Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS PRÁTICAS DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTES NA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PÚBLICO MUNICIPAL PARA FINS PARTICULARES (LEI N. 8.429/92, ART. 9º, IV) E NA PERMISSÃO DE TAL UTILIZAÇÃO (LEI N. 8.429/92, ART. 10, XIII) - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE RESSARCIR O DANO CAUSADO - COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ENTABULADAS NO ACORDO - ACORDO ATENDE OS CRITÉRIOS LEGAIS ESTABELECIDOS - VOTO PELA APROVAÇÃO DO ACORDO CELEBRADO. 1. Constatada a prática de ato ímprobo pelo investigado, houve a devida celebração de Acordo de Não Persecução Cível, ajustando a conduta do compromissário às exigências legais, mediante cominação de multa diária em caso de descumprimento das obrigações pactuadas. 2. Constata-se que o acordo celebrado de fato esgotou o objeto da portaria do Inquérito Civil, desta feita, o Promotor de Justiça de origem, amparado pelo artigo 6º, §§5 e 6º, da Resolução nº003/2021-CPJ, procedeu a remessa dos autos para aprovação do Conselho Superior. 3. Desse modo, observando que os critérios legais estabelecidos em norma que disciplina o Acordo de Não Persecução Cível no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul foram devidamente atendidos, de rigor a aprovação do acordo celebrado.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível, com a consequente remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que viabilize a homologação judicial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000866-0**

1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Claudinei Alves da Silva

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado por Claudinei Alves da Silva, funcionário público municipal, que prevalecendo-se de sua função pública, entre os meses de fevereiro de 2019 e março de 2020, forneceu substância entorpecente a detentos, nas dependências do Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Nova Andradina.

**Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURA SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, QUE PREVALECENDO-SE DE SUA FUNÇÃO PÚBLICA, FORNECEU, ENTRE OS MESES DE FEVEREIRO DE 2019 E MARÇO DE 2020, SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES A DETENTOS, NAS DEPENDÊNCIAS DO ESTABELECIMENTO PENAL MASCULINO DE REGIME FECHADO DE NOVA ANDRADINA – ATO ÍMPROBO QUE IMPORTOU EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO – CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL QUE ESGOTA O OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL – ACORDO DEVERÁ SER SUBMETIDO À HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL, NOS TERMOS DO ART. 6º, §6º DA RES. 03/2021-CPJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO CONHECIDA – DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES IMPRESCINDÍVEIS – NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA 3ª, ITENS "A" E "B" DO ANPC, REFERENTES AOS VALORES ACRESCIDOS ILICITAMENTE AO PATRIMÔNIO E MULTA CIVIL, EIS QUE CONTRÁRIOS AO ARTIGO 11º, DA RES. 03/2021-CPJ – NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO ANPC – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO CONHECIDA. 1. Constatada a prática de ato ímprobo de enriquecimento ilícito pelo investigado, mediante a obtenção de vantagem econômica para fornecer substâncias entorpecentes à detentos do Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Nova Andradina, houve a celebração de Acordo de Não Persecução Cível, impondo ao compromissário obrigações visando a reparar a ilicitude confessada (fls. 131/136); 2. Nesse mote, consoante disposto no artigo 6º, § 6º da Res. n. 003/2021-CPJ, de 31/05/2021, havendo o esgotamento do objeto do procedimento em análise, não será promovido o arquivamento do Feito, tampouco efetivada a homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, visto que os autos instruirão o pedido de homologação judicial do acordo de não persecução cível, que será dirigido ao Poder Judiciário; 3. Tendo em vista que o acordo celebrado com o investigado nestes autos esgota a matéria tratada no Inquérito Civil, descabida a homologação do arquivamento pelo CSMP, visto que a homologação será, necessariamente, judicial. Logo, cabe a este Egrégio Colegiado somente a aprovação, ou não, do ajustamento entre as partes; 4. Por conseguinte, quanto aos termos do acordo celebrado, verifica-se que a cláusula 3ª, itens "A" e "B", que estabelece a perda dos valores acrescidos ao patrimônio ilicitamente e multa civil, observa-se que encontra-se em desconformidade com o que prevê o art. 11, §§§ 1º, 2º e 3º da Res. 03/2021-CPJ, devendo ser adequada; 5. Promoção de arquivamento não conhecida em sua integralidade. Acordo deve ser submetido à homologação judicial, nos termos do art. 6º, § 6º da Res. 03/2021-CPJ e art. 17-B, § 1º, III, da Lei nº 8.429/92; 6. Acordo de não persecução não aprovado. Necessidade de retificação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não conhecimento do arquivamento do Inquérito Civil e pela não aprovação do Acordo de Não persecução Cível – ANPC, com a consequente remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem, para que se promova a adequação da cláusula do Acordo de Não Persecução Cível que estabelece o perdimento de valores acrescidos indevidamente ao patrimônio do compromissário e pagamento da multa civil, em observância ao art. 11, da Resolução nº 3/2021-CPJ, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:****2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000335-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Jardim

Assunto: Apurar eventual irregularidade na realização do Termo de Contribuição nº 13/2022 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jardim e a Federação de Laço do MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE JARDIM - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 13/2022 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM E A FEDERAÇÃO DE LAÇO DE MATO GROSSO DO SUL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - REPASSE DE VERBA AUTORIZADO POR LEI – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À





LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL -PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que restou comprovada a legalidade do repasse de verbas realizado pela Prefeitura Municipal de Jardim à Federação de Clubes de Laço do Mato Grosso do Sul, em consonância com as Leis Municipais nº 2040/2022, Lei nº 2065/2022, não tendo sido constatada violação à Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000921-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcelo Ferreira Miranda e Domingos Sávio da Costa

Assunto: Apurar eventual irregularidade no controle de ponto dos servidores públicos Marcelo Ferreira Miranda e Domingos Sávio da Costa lotados na FUNDESORTE, bem como eventual descumprimento da carga horária estabelecida.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO CONTROLE DE PONTO DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS LOTADOS NA FUNDESORTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foi constatada a prática de atos de improbidade administrativa pelos requeridos, haja vista que não há elementos que demonstrem o dolo dos agentes em lesionar o erário público ou enriquecer-se ilicitamente, tampouco provas de que houve o efetivo descumprimento da jornada de trabalho pelos servidores públicos estaduais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001872-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Édio Paulino da Costa

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, Lote 52, propriedade de Édio Paulino da Costa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA FALTA DE ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS PARA CONTER ENXURRADAS, BEM COMO POSSÍVEL DEGRADAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO BAIRRO CHÁCARA RECREIO BRILHANTE, BLOCO 02, LOTE 52 - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ÁREA CONSOLIDADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que não há justa causa para o prosseguimento do feito, haja vista a constatação de que as áreas investigadas já estavam antropizadas em 2006, portanto, se enquadram como área consolidada, nos termos do art. 61-A do Código Florestal, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000279-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Domingos da Silva Viana

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente – APP, sem autorização da autoridade ambiental competente, bem como eventuais irregularidades ambientais na construção de tanques e valas para captação de água, em área de preservação permanente, conforme Auto de Infração IMASUL n. 6.114/2020 e Relatório de Informações Complementares n. 22/2ºPel/3ªCia BPMA/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE INOCÊNCIA – MEIO AMBIENTE - APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM LOTE URBANO NO MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA - IRREGULARIDADES CONSTATADAS



E SANADAS - OCORRÊNCIA DE PROCESSO NATURAL DE REGENERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Extrai-se dos autos que o objeto do feito está esgotado, haja vista que o requerido adotou as medidas necessárias para recomposição dos danos ambientais constatados na área degradada, de modo que a vegetação se encontra em processo natural de regeneração, conforme Relatório de Vistoria nº 005/2ºPEL/6ªCIA/BPMA/2023, inexistindo outras medidas de recuperação a serem adotadas no momento. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000406-7

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Trochmann & Trochmann Ltda - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel rural denominado “Fazenda Planalto” com área total de 400,79 hectares, inscrita no CARMS0029260 e com matrícula imobiliária n. 3.916 no CRI da 1ª Circunscrição de Campo Grande e, especialmente, assegurar a recomposição do dano ambiental causado em 1,24 hectares de área de Reserva Legal decorrente de desmatamento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA PLANALTO”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00013103-2, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000997-3

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Tim Brasil Serviços e Participações S.A

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144573-3), ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL – ADECON – MS, com relação a Requerida TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A.

**Advogados: Cristiano Carlos Kozan – OAB/SP nº 183.335, Raphael Burleigh de Medeiros OAB/SP nº 257.968 e Luisa Opice – OAB/SP nº 434.077.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANOS EFETIVOS OU POTENCIAIS A DIREITOS OU INTERESSES COLETIVOS E COLHER SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0837892-28.2022.8.12.0001 - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - OBJETOS E PEDIDOS POSTULADOS NA AÇÃO SUFICIENTES PARA DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS DOS CONTRIBUINTES - OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, eis que o órgão de execução concluiu pela inexistência de questões complementares a serem apuradas no presente procedimento, porquanto os pedidos e os elementos que instruíram a Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 são suficientes para a defesa dos interesses transindividuais dos contribuintes. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000398-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Barbosa dos Santos





Assunto: Apurar o desmatamento de 37 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda São Rafael (CARMS0053902), em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 02/3ªCIA/BPMA/COXIMMS/2023.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - APURAR O DESMATAMENTO DE 37 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL NO IMÓVEL DENOMINADO “FAZENDA SÃO RAFAEL”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012584- 1, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2023.00001034-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Vieira dos Santos

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na remoção de madeira em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, na propriedade rural denominada “Sítio Nossa Senhora Aparecida”, na cidade de Novo Horizonte do Sul, na Comarca de Ivinhema.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE IVINHEMA - APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE AMBIENTAL DENOMINADA “SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA”, CONSISTENTE NA REMOÇÃO DE MADEIRA EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00013134-3, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

#### 2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000109-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Navi Starch Indústria e Comércio de Amidos Ltda.

Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental, decorrente da constatação de instalação e operação de tubulação irregular conectada à planta de produção da empresa “Navi Starch Indústria e Comércio de Amidos”, com a finalidade de desaguar rejeitos da produção, os quais acabaram por alcançar, indevidamente, as águas do Rio Amambá, no trecho que margeia o imóvel.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – APURAÇÃO DE POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, DECORRENTE DA CONSTATAÇÃO DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE TUBULAÇÃO IRREGULAR CONECTADA À PLANTA DE PRODUÇÃO DA EMPRESA “NAVI STARCH INDUSTRIA E COMÉRCIO DE AMIDOS LTDA.” - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS – IRREGULARIDADE SANADA - OBTENÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 058603 - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No decorrer da instrução processual restou devidamente constatado que empresa “Navi Starch Indústria e Comércio de Amidos Ltda.”, iniciou o processo de licenciamento de operação junto ao IMASUL, solucionando de maneira efetiva a problemática trazida à baila no bojo deste procedimento. Conforme informação prestada pelo



IMASUL, restou constatado que a análise do procedimento foi concluída com a emissão da Licença de Operação nº 058603, com validade até 09 de agosto de 2025. Assim, forçoso é concluir que os fatos ensejadores da presente investigação ministerial não mais subsistem, vez que houve a concessão de Licença de Operação nº 058603, sendo o arquivamento do feito a medida cabível e aplicável, nada obstando que, com o eventual surgimento de novos fatos que possam degradar o meio ambiente, dê-se posterior prosseguimento às investigações ou se promova a competente ação civil pública, visando à reparação de possíveis prejuízos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000935-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Juti

Assunto: Apurar eventuais irregularidades/ilegalidades na realização de diárias e no pagamento aos Vereadores do Município de Juti.

**Advogada: Danieli de Souza Correia – OAB/MS nº 029.011.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAARAPÓ/MS – APURAÇÃO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DE DIÁRIAS E NO PAGAMENTO AOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JUTI - RECOMENDAÇÃO ACATADA - "TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA" FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00011857-3 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, tem-se que foi expedida a Recomendação nº 0001/2023/01PJ/CRP, à Câmara Municipal de Vereadores de Juti/MS, na pessoa de seu Presidente, Sr. Nelson Gonçalves Rodrigues, e de todos os seus Vereadores, bem como a Recomendação nº 0002/2023/01PJ/CRP (cf. fls. 400/407) à Câmara Municipal de Vereadores de Juti/MS, na pessoa de seu Presidente, Sr. Nelson Gonçalves Rodrigues e a todos os seus Vereadores, e ao Prefeito Municipal de Juti, Sr. Gilson Marcos da Cruz, a qual foi devidamente acatada e cumprida (cf. fls. 688/689). Outrossim, foi firmado "Termo de Ajustamento de Conduta" com os Vereadores do Município de Juti, para restituição de valores, recebidos irregularmente/ilegalmente, aos cofres do Município de Juti e apresentação de novo projeto normativo promovendo alterações na Lei Ordinária Municipal nº 674/2023 (obrigação com conteúdo idêntico ao constante na Recomendação nº 0002/2023/01PJ/CRP). Verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 645/665, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização. Para tanto, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011857-3 (fl. 707) para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede que, com o eventual surgimento de fato novo, se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

## 3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00010534-5

5ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Campo Grande

Recorrente: Airton José Salomão

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar declarações de Airton José Salomão que questiona os pareceres emitidos pelo MPMS nos autos n. 0064685-86.2012.8.12.0001.

EMENTA: RECURSO EM "NOTÍCIA DE FATO" - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES NOS AUTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0064685-86.2012.8.12.0001 - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO - DESPROVIMENTO DO RECURSO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO. Após a análise detida ao caso, verifica-se que o recurso interposto não merece ser provido, visto que a pretensão do Recorrente consiste em apontar eventuais irregularidades no deslinde dos autos de "prestação de contas" nº 0064685-86.2012.8.12.0001 referentemente à Ação de Inventário nº 0045120-10.2010.8.12.00, já apreciada pelo Poder Judiciário, porém, impende esclarecer que se deu de forma correta a distribuição da referida "prestação de contas" em autos apartados, vez que de acordo com a previsão do art. 553 do CPC. Portanto, eventual inconformismo da parte interessada, deve ser postulada nos autos principais. Por outro lado, no que tange à questão criminal e da inusitada alegação de coautoria do



Ministério Público no suposto delito, importante salientar que tal fato está sendo apurado, na esfera competente, pela 16ª Promotoria de Justiça de Campo Grande. Ausência de elementos mínimos que justifiquem o provimento do recurso e prosseguimento do Feito. Desprovimento do recurso.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovimento do recurso interposto e, consequentemente, pela manutenção do arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000293-6

17ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ausência de recursos físicos e humanos para o devido funcionamento da Residência Inclusiva Regionalizada da Grande Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DA AUSÊNCIA DE RECURSOS FÍSICOS E HUMANOS PARA O DEVIDO FUNCIONAMENTO DA RESIDÊNCIA INCLUSIVA REGIONALIZADA DA GRANDE DOURADOS/MS - DILIGÊNCIAS EMPREENHIDAS - SITUAÇÃO REGULARIZADA - OBTENÇÃO DE LICENÇA SANITÁRIA - CERTIFICADO DE VISTORIA DE CORPO DE BOMBEIRO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que as irregularidades inicialmente apontadas foram sanadas, tendo em vista que as reformas necessárias foram realizadas, sendo a equipe técnica e de cuidadores devidamente regularizada, com a contratação de funcionários, obtenção do respectivo Alvará Sanitário, apresentação de atestado de conformidade da instalação elétrica (fl. 102), bem como implementado o Certificado de Vistoria de Corpo de Bombeiro. Ademais, o 2º Grupamento de Bombeiros Militar, informou que todas as medidas preventivas contra incêndio e pânico estão instaladas de forma correta, permanecendo a validade do CVCBM Nº 239/SAT/2ºGBM/2023. Outrossim, a Vigilância Sanitária Municipal expediu a Licença Sanitária. Além do mais, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, pontuou que houve a formalização da Parceria com a Organização da Sociedade Civil Associação Brasileira Assistencial - ABA sob o n. 65/017.726/2022, bem como com a Associação Brasileira Assistencial, que manifestou interesse na prorrogação da parceria. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 2.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001486-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professor Ulisses Serra visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ULISSES SERRA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES

– PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concreto acerca das lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Estado de Mato Grosso do Sul a promover a regularização documental das escolas estaduais no município de Campo Grande e, consequentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

##### 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003442-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na percepção simultânea de remunerações por parte de servidores públicos do Município de Fátima do Sul, migrado dos autos físicos n. IC 06/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE FÁTIMA DO SUL - APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA PERCEPÇÃO SIMULTÂNEA DE REMUNERAÇÃO POR PARTE DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL - IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS - AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Denúncia narrando suposta acumulação indevida de cargos. Verificada a cedência de alguns dos servidores e a ausência de pagamentos em duplicidade. Quanto ao servidor que ocupou concomitantemente cargo de professor e secretário de educação houve instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar pela Administração Municipal. Ressarcimento dos valores indevidamente recebidos mediante desconto em folha. Ausência do elemento subjetivo dolo. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000250-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventual fraude de licitação de locação de software- Pregão Presencial nº. 063/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO – APURAR EVENTUAL DIRECIONAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 063/2017 – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Ausência de indícios de irregularidade no procedimento licitatório analisado. Elementos de informação insuficientes para indicar eventual direcionamento da licitação em favor da empresa vencedora. Ausência de dano ao erário e não constatação do elemento subjetivo dolo na conduta dos investigados. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000850-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Albino Coimbra Filho - Jardim Aeroporto, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – FISCALIZAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL, BEM COMO A ESTRUTURA MATERIAL E FÍSICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS-ALBINO COIMBRA FILHO-JARDIM AEROPORTO, COM FINALIDADE DE VERIFICAR SE O ÓRGÃO ESTÁ REALIZANDO TRABALHO DE EXCELÊNCIA PARA O ATENDIMENTO, BEM COMO SE O LOCAL OFERECE SEGURANÇA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM A UNIDADE – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de lesão suficiente para justificar o prosseguimento das investigações. Comprovada a regularidade documental para o funcionamento do centro de referência. Acordo entabulado judicialmente que obriga o município a incluir em dotação orçamentária orçamentos de reforma/execução de obras para regularização em definitivos dos CRAS. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**



**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000853-4**

46ª Promotoria da Infância e da Juventude da comarca de Justiça de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Los Angeles, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – FISCALIZAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL, BEM COMO A ESTRUTURA MATERIAL E FÍSICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS-LOS ANGELES, COM FINALIDADE DE VERIFICAR SE O ÓRGÃO ESTÁ REALIZANDO TRABALHO DE EXCELÊNCIA PARA O ATENDIMENTO, BEM COMO SE O LOCAL OFERECE SEGURANÇA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O LOCAL – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de lesão suficiente para justificar o prosseguimento das investigações. Comprovada a regularidade documental para o funcionamento do centro de referência. Acordo entabulado judicialmente que obriga o município a incluir em dotação orçamentária o orçamento da reforma/execução de obras para regularização em definitivos dos CRAS. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000856-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Valéria Lopes da Silva - Popular, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – FISCALIZAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL, BEM COMO A ESTRUTURA MATERIAL E FÍSICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS-VALÉRIA LOPES DA SILVA-POPULAR, COM FINALIDADE DE VERIFICAR SE O ÓRGÃO ESTÁ REALIZANDO TRABALHO DE EXCELÊNCIA PARA O ATENDIMENTO, BEM COMO SE O LOCAL OFERECE SEGURANÇA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O LOCAL – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de lesão suficiente para justificar o prosseguimento das investigações. Comprovada a regularidade documental para o funcionamento do centro de referência. Acordo entabulado judicialmente que obriga o município a incluir em dotação orçamentária o orçamento da reforma/execução de obras para regularização em definitivos dos CRAS. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000861-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Vila Nasser, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – FISCALIZAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL, BEM COMO A ESTRUTURA MATERIAL E FÍSICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS-VILA NASSER, COM FINALIDADE DE VERIFICAR SE O ÓRGÃO ESTÁ REALIZANDO TRABALHO DE EXCELÊNCIA PARA O ATENDIMENTO, BEM COMO SE O LOCAL OFERECE



SEGURANÇA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O LOCAL – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de lesão suficiente para justificar o prosseguimento das investigações. Comprovada a regularidade documental para o funcionamento do centro de referência. Acordo entabulado judicialmente que obriga o município a incluir em dotação orçamentária o orçamento da reforma/execução de obras para regularização em definitivos dos CRAS. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2023.00001035-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Wilmar Chudis Reginato

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na remoção de madeira em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, na propriedade rural denominada “Sítio Vista Alegre”, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE IVINHEMA – MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO SUL – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NA REMOÇÃO DE MADEIRA EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatação de corte de árvores da espécie canafístula visando aproveitamento na propriedade sem autorização ambiental para tanto. Imóvel inscrito no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Compromisso de não realizar atividade de serraria em desconformidade com a legislação ambiental. Obrigação de indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2023.00001036-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonino João Militão

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no funcionamento de serraria em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, no imóvel denominado “Sítio Nossa Senhora de Fátima”, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE IVINHEMA – MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO SUL – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NO FUNCIONAMENTO DE SERRARIA EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatação de funcionamento de serraria irregular. Armazenamento de madeira produto de beneficiamento sem documentação de origem. Imóvel inscrito no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Compromisso de não realizar atividades de serraria em desconformidade com a legislação ambiental. Obrigação de indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2023.00001172-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Josias Maffissoni Guimarães



Assunto: Buscar a reparação/compensação da supressão de 11 hectares de vegetação nativa remanescente no interior do imóvel rural “Fazenda Boqueirão”, pertencente a Josias Maffissoni Guimarães (CPF n.º 006.176.981-98), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CORUMBÁ – BUSCAR A REPARAÇÃO/COMPENSAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 11 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES, E CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento sem autorização do órgão ambiental. Realizada regularização do CAR/MS junto ao IMASUL. Apresentação de carta consulta. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de não realizar intervenções potencialmente poluidoras sem autorização ambiental. Obrigação de indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001125-3

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Vereador André Luiz Souza da Fonseca da Câmara Municipal de Campo Grande

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar as irregularidades remanescentes da Unidade Básica de Saúde 'Dr. Germano Barros de Souza' (UBS Universitário), apontadas no Relatório de Fiscalização de 07/04/2021, realizado pela Câmara Municipal de Campo Grande.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - APURAR AS IRREGULARIDADES REMANESCENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 'DR. GERMANO BARROS DE SOUZA' (UBS UNIVERSITÁRIO, APONTADAS NO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE 07/04/2021, REALIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL – SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES APONTADAS - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. compulsando os autos, verifica-se que o procedimento em testilha esgotou-se após o saneamento das irregularidades apontadas no relatório de fiscalização de 07/04/2021, realizado pela câmara municipal de campo grande, conforme se extrai dos documentos juntados pela secretaria municipal de saúde. 2. assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

##### 2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001516-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.



**2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil n.º 06.2019.00001809-7**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Délia Godoy Razuk

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente dos constantes atrasos no repasse de verbas ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - IRREGULARIDADE NO REPASSE DE VERBAS PREVIDENCIÁRIAS DO ENTE MUNICIPAL - PARCELAMENTO DA DÍVIDA REMANESCENTE - DIVERGÊNCIAS DOS VALORES DISCUTIDO NA SEARA JUDICIÁRIA - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, porquanto realizou-se o parcelamento dos débitos previdenciários anteriores, os quais estão sendo devidamente quitados. Ademais, foi ajuizada a Ação de Cobrança nº 0806890-13.2017.8.12.0002 e Ação de Repetição de Indébito nº 0806841-68.2017.8.12.0002, respectivamente pela PREVID e Prefeitura de Dourados, visando discutir os valores cobrados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**2. Inquérito Civil n.º 06.2021.00000262-1**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Renato Oliveira Garcez Vidigal, Jony Alisson Bispo de Sant'Ana e Sebastião Nogueira Faria

Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de irregularidades decorrentes da contratação sucessiva de médico a título precário, em detrimento de candidatos aprovados em concurso público, conforme noticiado pelo Ministério Público de Contas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS - APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DEVIDO A CONTRATAÇÃO SUCESSIVA DE MÉDICO EM DETRIMENTO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - INEXISTÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ - CANDIDATOS NOMEADOS QUE NÃO APRESENTARAM INTERESSE NA VAGA DESTINADA AO MÉDICO SOCORRISTA DO SAMU -PROFISSIONAL CONTRATADO PELA EXPERIÊNCIA E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EXIGIDOS AO CARGO - ACORDO FIRMADO PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E REGULARIZAÇÃO DAS VAGAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que não restou caracterizado dano ao erário ou a presença de dolo ou má-fé, nas contratações sucessivas do médico investigado, visto que foram realizadas com base em sua experiência profissional e qualificação técnica. Por fim, para regularizar o quantitativo de vagas na Secretaria Municipal de Saúde, foi firmado acordo com a Prefeitura de Dourados, que prevê a realização de concurso público até o ano de 2024. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Inquérito Civil n.º 06.2018.00002308-5**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Uemura & Cia SS Ltda Empresa Funerária Bom Jesus e Oca Ambiental Ltda - ME

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental consistente no gerenciamento, coleta e destinação dos resíduos dos serviços de saúde na Funerária Bom Jesus.

**Advogada: Eloiza Marques Donati – OAB/MS nº 19.121.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL CONSISTENTE NO GERENCIAMENTO, COLETA E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA FUNERÁRIA BOM JESUS – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE



ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000992-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Verdana Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar eventuais desmatamentos de 46,29ha, no período entre 11/02/14 e 13/01/2015 e de 9,03ha no período entre 13/11/2015 e 11/09/17, ocorridos na Fazenda Vale dos Buritis (CARMS nº 344), localizada em Figueirão, de propriedade de Verdana Agropecuária Ltda., conforme Pareceres nº 608/17/Nugeo (Operação Cervo-do-Pantanal 2013-2015) e nº 316/19/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMAPUÃ – MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAIS DESMATAMENTOS DE 46,29 HECTARES NA FAZENDA VALE DOS BURITIS – AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO E PAGO PELA INVESTIGADA – ÁREA SUSCETÍVEL DE LICENCIAMENTO – AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL EXPEDIDA PELO IMASUL – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do Inquérito Civil se justifica em razão da constatação da inexistência de dano ambiental, porquanto o proprietário obteve Autorização Ambiental para proceder à supressão vegetal da área desmatada. O objeto da investigação é passível de licenciamento ambiental, tendo em vista estar localizado fora de área de preservação permanente ou área de reserva legal. Decisão conforme o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000844-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social CRAS Dr. Fauze Dualibi Amizio Canguru, com a finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança às crianças e adolescentes que frequentam a unidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL, ESTRUTURA MATERIAL E FÍSICA DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – CRAS DR. FAUZE DUALIBI AMIZIO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – REGULARIDADE DOCUMENTAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. A Prefeitura Municipal apresentou resposta demonstrando a regularidade documental do CRAS investigado (alvará de localização e funcionamento; licença sanitária; certificado de corpo de bombeiros e; renovação de inscrição do programa no CMDCA). Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000851-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social CRAS Lili Fernandes da Cunha Jardim Moema, com a finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança às crianças e adolescentes que frequentam a unidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A



REGULARIDADE DOCUMENTAL, ESTRUTURA MATERIAL E FÍSICA DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – CRAS LILI FERNANDES DA CUNHA – JARDIM MOEMA – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – REGULARIDADE DOCUMENTAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente fundamento para propositura de ação civil pública, tampouco justa causa para manutenção das investigações. A Prefeitura Municipal apresentou resposta demonstrando a regularidade documental do CRAS investigado (alvará de localização e funcionamento; licença sanitária; certificado de corpo de bombeiros e; renovação de inscrição do programa no CMDCA). Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000484-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Rodrigo Antonini, Gustavo Henrique Scalabrin, Leandro Scalabrin e Fabio Antonini

Assunto: Apurar a necessidade de correção do Cadastro Ambiental Rural nº 15710, referente à Fazenda Jaguaruna III, em Naviraí/MS, para que haja retificação da área indicada como “Área de ocupação agrosilvipastoril” para “Área de remanescente de vegetação nativa”; bem como retificação da área total do imóvel, de 24,57 hectares para 19,66 hectares, de acordo com o Parecer nº 051/2020/CEIPPAM/LASANGEUEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Curupaí).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ – MEIO AMBIENTE – APURAR A NECESSIDADE DE CORREÇÃO DO CAR N. 15710 REFERENTE À FAZENDA JAGUARUNA III – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO IMASUL – DESNECESSIDADE DE CORREÇÕES NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do Inquérito Civil se justifica em razão da constatação da inexistência de dano ambiental, porquanto o Imasul informou que não há necessidade de qualquer correção no Cadastro Ambiental Rural da propriedade investigada (CAR/MS 15710). Decisão conforme o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 6. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000611-4

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul CASSEMS

Assunto: apurar eventual irregularidade, quanto à falta de atendimento médico da especialidade proctologista, na unidade hospitalar CASSEMS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CAMPO GRANDE – CONSUMIDOR – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE QUANTO À FALTA DE ATENDIMENTO MÉDICO DA ESPECIALIDADE PROCTOLOGISTA NA UNIDADE HOSPITALAR CASSEMS – INTERESSE MERAMENTE INDIVIDUAL – AUSÊNCIA DE LESÃO COLETIVA AOS CONSUMIDORES – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO NOSOCÔMIO – INEXISTÊNCIA DE RECLAMAÇÕES COLETIVAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, uma vez que as informações sobre o caso foram devidamente prestadas pelo Hospital CASSEMS e não restou constatada qualquer reclamação coletiva referente à ausência do referido especialista. Sendo assim, o órgão de execução não constatou lesão coletiva a direito dos consumidores, tratando a reclamação de interesse meramente individual. Dessa forma, inexistente justa causa para manutenção da atuação do órgão de execução no presente caso. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000121-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatemi

Assunto: Apurar e sanar as irregularidades identificadas na Secretaria Municipal de Saúde de Iguatemi, noticiadas no relatório de vistoria técnica SISAUD n. 848, relativas aos agentes comunitários de saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR E SANAR AS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGUATEMI, NOTICIADAS NO RELATÓRIO DE VISTORIA



TÉCNICA SISAUD N. 848, RELATIVAS AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou ajuizamento da demanda; 2. Compulsando os autos, verifica-se que por intermédio da atuação da Promotoria de Justiça de origem, foram adotadas todas as providências necessárias pelo poder público para saneamento das irregularidades apontadas no relatório de vistoria técnica SISAUD n. 848/2018, relativas aos agentes comunitários de saúde; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a municipalidade adotou as medidas cabíveis à resolução da problemática inicialmente existente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

## 2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001119-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade dos repasses efetuados pelo Poder Legislativo local à União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE DOS REPASSES EFETUADOS PELO PODER LEGISLATIVO LOCAL À UNIÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES DE MATO GROSSO DO SUL – ESGOTAMENTO DO OBJETO – OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTO INSTAURADO NO ÂMBITO DA 49ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos denota-se que objeto da portaria de instauração do procedimento preparatório restou devidamente esgotado; 2. Conforme se extrai da documentação que instrui o Feito, após devidamente apresentadas as informações solicitadas à Câmara Municipal de Bataguassu, tais documentos foram encaminhados à 49ª Promotoria de Justiça de Campo, objetivando instruir o Feito que tramita naquela especializada, visando a apuração de eventuais irregularidades quanto às verbas recebidas pela União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul. Logo, com a obtenção das informações necessárias, vê-se que o Feito atingiu sua finalidade; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001301-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridas: Rio Amambai Agroenergia S/A e Marina Maria Custódio de Barros

Assunto: Apurar desmatamento de 1,14 hectares na fazenda "Boi Jaguá", em Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURA DESMATAMENTO DE 1,14 HECTARES NA FAZENDA "BOI JAGUÁ", EM NAVIRAÍ/MS SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE – NÃO INCIDÊNCIA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL OU ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – PROPRIEDADE REGULARMENTE INSCRITA NO CAR – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CONSTATAÇÃO DE DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – IMPOSIÇÃO DE MULTA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO, PELO ÓRGÃO AMBIENTAL – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 3/2013 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, denota-se que a supressão vegetal atingiu 1,14 hectares na Fazenda "Boi Jaguá", tendo ocorrido em área de remanescente de vegetação nativa, sem atingir Área de Preservação Permanente ou Reserva Legal. Ademais, a propriedade está regularmente inscrita no Cadastro Ambiental Rural; 2. Desta feita, considerando o desmatamento ilegal atingiu cerca de 0,22% da área total do imóvel, verifica-se que o dano é considerado de menor potencial ofensivo, configurando infração ambiental passível de multa – já devidamente aplicada pelo órgão ambiental, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais); 3. Assim, não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, visto que a propriedade encontra-se regular e não há identificação de passivo





ambiental, tendo sido aplicadas as sanções cabíveis no âmbito administrativo; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil);

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000366-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Pedro Gomes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes da ausência de estruturação física e materiais, na Escola Municipal Archangela Mourão, extensão "Postinho", Zona Rural, em Pedro Gomes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E DE MATERIAIS, NA ESCOLA MUNICIPAL ARCHANGELA MOURÃO, EXTENSÃO "POSTINHO", ZONA RURAL, EM PEDRO GOMES/MS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Compulsando os autos, denota-se que o requerido adotou as providências necessárias à correção das irregularidades inicialmente observadas, promovendo a regular estruturação da Escola Municipal Archangela Mourão, extensão "Postinho", conforme demonstram os documentos probantes acostados aos autos; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a municipalidade adotou as medidas cabíveis à resolução da problemática inicialmente existente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000859-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Verificar a regularidade documental, bem como a estrutura física e material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Henedina Hugo Rodrigues - Vida Nova, visando a verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança às crianças e adolescentes que frequentam o local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURA A REGULARIDADE DOCUMENTAL, BEM COMO A ESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL DE TRABALHO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS HENEDINA HUGO RODRIGUES - VIDA NOVA, VISANDO A VERIFICAR SE O ÓRGÃO ESTÁ REALIZANDO TRABALHO DE EXCELÊNCIA PARA O ATENDIMENTO, BEM COMO SE O LOCAL OFERECE SEGURANÇA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O CRAS – OBJETO AMPLO E ABSTRATO, NÃO INDICANDO AMEAÇA OU LESÃO CONCRETA A DIREITOS A SER APURADA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS NO ÂMBITO EXTRAJUDICIAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento; 2. Verifica-se que foram apresentados todos os documentos requeridos pela Promotoria de Justiça de origem, comprovando-se a regularidade formal da atividade desempenhada no CRAS; 3. Ademais, considerando que o objeto da presente investigação é amplo e abstrato, não indicando ameaça ou lesão concreta a direitos a ser apurada, mas apenas um juízo de probabilidades, denota-se que as providências cabíveis ao âmbito administrativo foram satisfatoriamente adotadas; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000334-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Álvaro José Avanzi, Sandra Regina Pedrotti Avanzi, Fernando Ângelo Avanzi e Vânia Rosimeiri Avanzi

Assunto: Apurar o desmatamento de 131,0998 hectares, na Fazenda Montana II e Fazenda Monções, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011154/2022 e Laudo de Constatação nº 014415/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 131,0998 HECTARES, NA FAZENDA MONTANA II E FAZENDA MONÇÕES, EM BONITO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº 011154/2022 E LAUDO DE CONSTATAÇÃO Nº 014415/2022. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012524-1 (fl. 129) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000477-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Texas Bar

Assunto: Apurar emissão de ruídos acima do permitido pelo estabelecimento comercial Texas Bar e promover a sua adequação às normas ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EMISSÃO DE RUÍDOS ACIMA DO PERMITIDO PELO ESTABELECIMENTO COMERCIAL TEXAS BAR E PROMOVER A SUA ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS AMBIENTAIS. ESTABELECIMENTO NÃO ESTÁ MAIS EM FUNCIONAMENTO. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto investigado, porquanto o estabelecimento em questão não está mais em funcionamento, conforme certificado por auxiliar da Promotoria de Justiça às fls. 85-87. 2. Dessa forma, verifica-se que inexistem razões para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001147-1**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cinépolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda.

Assunto: Garantir a plena disponibilidade dos equipamentos, suportes e recursos de acessibilidade oferecidos a pessoas com deficiência auditiva, na modalidade “fechada individual”, em todas as sessões comerciais nas salas de exibição, conforme arts. 3º e 4º da Instrução Normativa nº 128/2016 da ANCINE, notadamente quanto ao CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

**Advogado: Danilo Yoshinori Calado Takaesu – OAB/SP nº 257.743.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. GARANTIR A PLENA DISPONIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS, SUPORTES E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE OFERECIDOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA, NA MODALIDADE “FECHADA INDIVIDUAL”, EM TODAS AS SESSÕES COMERCIAIS NAS SALAS DE EXIBIÇÃO, CONFORME ARTS. 3º E 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128/2016 DA ANCINE, NOTADAMENTE QUANTO AO CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se que os três complexos de exibição cinematográfica comercial de



Campo Grande/MS (Cinépolis, Cinemark e UCI) cumpriram às exigências em acessibilidade previstas na Instrução Normativa nº 165/2022-ANCINE. 2. Dessa forma, verifica-se que o problema objeto do procedimento restou sanado, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000929-1 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca da comarca de Brasilândia

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não conhecimento da promoção de arquivamento e pela não aprovação dos Acordos de Não Persecução Cível – ANPC, e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências que entender pertinentes ao caso, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001400-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Luiz Moliterno Ferraz do Amaral, Sigeyuki Ishii e Helena

Kimiyo Hida Ishii

Assunto: Apurar desmatamento de 1,63 hectares, em área de vegetação nativa no bioma Mata Atlântica, na Fazenda Prainha, em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 196/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 084/2º PEL/5ªCIA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO DE 1,63 HECTARES, EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA NO BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA PRAINHA, EM NAVIRAÍ/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER Nº 196/21/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) E RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 084/2º PEL/5ªCIA/2021. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 765/2021. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que, muito embora o Parecer 196/2021/NUGEO e o Relatório de Fiscalização Ambiental nº 084/2ºPEL/5ªCIA/2021 apontarem que os requeridos realizaram o desmatamento de 1,63 hectares, restou comprovado que a supressão de vegetação nativa ocorreu nos termos da autorização ambiental nº 765/2021.

2. Além disso, restou comprovado que a área de vegetação nativa suprimida pelos requeridos representa aproximadamente 0,078% (1,63 ha) do total de hectares da “Fazenda Prainha”, que possui área total de 2.073,06 hectares. Nesse sentido, vislumbra-se que eventual dano ambiental causado pelo desmatamento da vegetação nativa é de menor potencial ofensivo, fato que permite a aplicação do Enunciado nº 03, de 08 de março de 2013, do Conselho Superior do Ministério Público.

3. No mais, verifica-se que os requeridos comprovaram a inscrição da propriedade no CARMS, registrado sob o nº 0008170, conforme documento de fl. 80. 4. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

Campo Grande, 7 de março de 2024

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP





COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 15/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00002099-7

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 1 de março de 2024.

Itens doados:

| Nº DE ORDEM    | DESCRIÇÃO DO BEM                         | QUANTIDADE |
|----------------|--|------------|
| 1              | Poltrona fixa                            | 3          |
| 2              | Mesa de Madeira                          | 3          |
| 3              | Suporte para CPU                         | 5          |
| 4              | Aparelho de Ar Condicionado              | 1          |
| 5              | Bebedouro Elétrico                       | 1          |
| 6              | Ar Condicionado Split 24.000/30.000 BTUS | 1          |
| 7              | Ar Condicionado Split 18.000 BTUS        | 1          |
| 8              | Gaveteiro                                | 2          |
| 9              | Armário Alto                             | 4          |
| 10             | Mesa Retangular                          | 2          |
| 11             | Ventilador                               | 1          |
| TOTAL DE ITENS |  | 24         |

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 11/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00001736-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Movimento em Defesa da Vida – MDEV, representado pelo Presidente, Adão Nazareno Marques Barros

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2024.

Itens doados:

| Nº DE ORDEM    | DESCRIÇÃO DO BEM    | QUANTIDADE |
|----------------|---------------------|------------|
| 1              | Mesa                | 13         |
| 2              | Mini rack           | 1          |
| 3              | Poltrona            | 10         |
| 4              | Armário             | 3          |
| 5              | Estante             | 4          |
| 6              | Estação de trabalho | 1          |
| 7              | Suporte CPU         | 3          |
| 8              | Cadeira             | 28         |
| 9              | Escada              | 1          |
| 10             | Gaveteiro           | 4          |
| 11             | Quadro branco       | 1          |
| TOTAL DE ITENS |                     | 69         |



**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 14/2024**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00002070-9

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Procuradoria-Geral do Município de Paranaíba, representada pelo Procurador-Geral do Município, Marcelo Augusto da Silveira Facin

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 29 de fevereiro de 2024.

Itens doados:

| Nº DE ORDEM    | DESCRIÇÃO DO BEM | QUANTIDADE |
|----------------|------------------|------------|
| 1              | Monitor          | 12         |
| 2              | CPU              | 6          |
| TOTAL DE ITENS |                  | 18         |

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 048/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000892-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PANTANEIRA REVENDEDORA DE GÁS E TRANSPORTE LTDA**, representada por **Lauro Tetsuo Shiraishi**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 1.136,85 (um mil cento e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000596, de 19.02.2024.

Vigência: 05.03.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 5 de março de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 050/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00001642-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CRISTINA SANTOS DE FAVERI**, representada por **Cristina Santos de Faveri**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000640, de 21.02.2024.

Vigência: 07.03.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 7 de março de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0003/2024/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000152-3

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Espaço Terapêutico Fazendinha Ltda

ASSUNTO: Apurar a regularidade da prestação de serviço do Espaço Terapêutico Fazendinha, em Campo Grande.

Campo Grande, MS, 28 de fevereiro de 2024.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900242-81.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) ECE<sup>2</sup> e vítima(s) I.T.N, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 6 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900162-20.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s)/vítima(s) A.S.F<sup>4</sup> e L.M.C<sup>2</sup>, conforme se transcreve: “Posto isso, pelas razões acima expostas, o Ministério Público Estadual, requer seja determinado o arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal.”

Campo Grande-MS, 6 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>2</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>3</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>4</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925750-63.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s)/vítima(s) A.C.G.S<sup>6</sup> e M.S.C<sup>2</sup>, conforme se transcreve: “Posto isso, pelas razões acima expostas, o Ministério Público Estadual, requer seja determinado o arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal.”

Campo Grande-MS, 6 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900161-35.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) E.L.S<sup>8</sup> e vítima(s) A.P.B, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 6 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900208-09.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) P.H.T.D.P<sup>10</sup> e vítima(s) R.S.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 6 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

<sup>5</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>6</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>7</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>8</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>9</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>10</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>11</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Aline Souza da Silva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0907995-89.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Waldir Vilalba e vítima Aline Souza da Silva, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 06 de março de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>12</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Priscila Cavalheiro Matos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0918981-39.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Osmar Alem de Souza e vítima Priscila Cavalheiro Matos, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 06 de março de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0021/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00032689-3 em que constam como investigado Kelvin Matheus Da Silva Araújo e vítima Daiana Aparecida Santos Silva conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”.

Campo Grande/MS, 06 de março de 2024

**ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA**  
Promotor de Justiça

<sup>11</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>12</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



Nº MP 08.2024.00026328-0

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Jessica Ajala Martins a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0907903-14.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Diego Izaías Silva de Moraes, e como vítima C. H. A. M. M., conforme se transcreve: “Ante o exposto, com fulcro no art. 18, do CPP e observadas as formalidades legais, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Policial, em decorrência do esgotamento do objeto da investigação, bem como por não se vislumbrar, ao menos por ora, elementos para o oferecimento da Denúncia.”

Campo Grande/MS, 07 de março de 2024.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**ANASTÁCIO**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>13</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado Breno de Jesus da Silva da decisão de arquivamento do inquérito policial dos autos 0900196-70.2023.8.12.0052, conforme se transcreve: *"Ante o exposto, considerando que inexistem nos autos prova concreta da materialidade do delito, não vislumbrando justa causa para a propositura, por ora, de ação penal, nem tampouco utilidade de prosseguimento das investigações policiais, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o arquivamento do presente Inquérito Policial".*

1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, 01 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>14</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica os investigados Ícaro Nunes Costa e Yuri Mendes da Silva da decisão de arquivamento do inquérito policial dos autos 0900198-40.2023.8.12.0052, conforme se transcreve: *"Ante o exposto, tendo em vista que a materialidade delitiva não foi seguramente demonstrada no presente procedimento investigatório, não vislumbrando justa causa para a propositura, por ora, de ação penal, nem tampouco utilidade de prosseguimento das investigações policiais, o Ministério Público pugna pelo arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do artigo 18 do Código de Processo Penal."*

1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, 16 de fevereiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

<sup>13</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>14</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>15</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado Odenil Leite da decisão de arquivamento do inquérito policial dos autos 0900046-55.2024.8.12.0052, conforme se transcreve: *"Portanto, ante a atipicidade da conduta do investigado quanto ao crime do art. 24-A da Lei n. 11.340/06 e ante a ausência de elementos de convicção quanto ao delito do art. 147 do Código Penal, não vislumbrando justa causa para a propositura de ação penal, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o arquivamento do presente Inquérito Policial."*

1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, 08 de fevereiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

**BANDEIRANTES****EDITAL N. 0006/2024/PJ/BND****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0800107-86.2024.8.12.0025 e Autos n. SAJMP nº 08.2024.00036111-3

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>16</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0800107-86.2024.8.12.0025 e SAJMP nº 08.2024.00036111-3 em que constam como investigado(a/s) A Apurar e vítima Adelino José Brauner, conforme se transcreve: *"ausência de justa causa mínima para a propositura da ação penal, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal e da Súmula 524 do STF."*

Finalidade da publicação: intimação da esposa da vítima, Sra. Cecília Araujo Brauner.

Bandeirantes, 05/03/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA  
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0007/2024/PJ/BND****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0801127-49.2023.8.12.0025 e Autos n. SAJMP nº 08.2023.00202005-2

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>17</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0801127-49.2023.8.12.0025 e SAJMP nº 08.2023.00202005-2 em que constam como investigado(a/s) G.F.C.C. e vítima(s) M.E.S.O., conforme se transcreve: *"não restando demonstrado de maneira concreta e convincente a autoria da prática de conduta qualificada como crime, é forçoso reconhecer a ausência de mínimos elementos de convicção, sendo preferível e adequado optar, in casu, pelo arquivamento do presente Auto de Apuração de Ato Infracional."*

Finalidade: intimação das partes e de seus representantes legais.

Bandeirantes, 06/03/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA  
Promotor de Justiça

<sup>15</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

<sup>16</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

<sup>17</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



**BELA VISTA****EDITAL N° 0007/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2024.00000131-2.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fertiplantas Comércio de Produtos Agrícolas LTDA - EPP

Assunto: “Apurar irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 17,18 hectares de vegetação nativa, em área declarada como Área Consolidada, da Fazenda Paraíso, em Caracol/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 82/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Bela Vista/MS, 27/02/2024

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça em substituição legal

**BRASILÂNDIA****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>18</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza dos Autos nº 0900233-66.2023.8.12.0030, em que constam como investigado(a/s) Daniela Dias Cruz <sup>19</sup> e vítima(s) W. P. C e A. B. I. D, conforme se transcreve:

“De acordo com artigo 41 do Código de Processo Penal, um dos requisitos para o início da ação penal é a indicação de, no mínimo, elementos suficientes que possam identificar a autoria e demonstrar a materialidade do delito, sem os quais inquérito policial deve ser arquivado. Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL manifesta pelo arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal.”

Brasilândia/MS, 06 de março de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

<sup>18</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>19</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**CHAPADÃO DO SUL****N. DO MP: 06.2022.00000755-3**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta TAC no Inquérito Civil nº 06.2022.00000755-3, , que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 435, Parque União, neste Município, e cujos autos também podem ser acessados via Internet, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000755-3

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Pedro Lopes Neto.

Objeto: Apurar suposta irregularidade ambiental localizada na Fazenda Recanto, localizada no município de Chapadão do Sul.

Conteúdo do TAC: [...] CLÁUSULA 1ª: O COMPROMISSÁRIO reconhece que, no imóvel identificado, há necessidade de se promover medidas de reparação e compensação da área degradada, nos termos dos art. 38, 70 e 3 da Lei Federal nº 9.605/1998, eis que foi constatado, em vistoria da Polícia Militar Ambiental, o desmatamento irregular de 26 árvores, além do desenvolvimento irregular da prática de suinocultura e um déficit de 38 hectares de Reserva Legal na propriedade. CLÁUSULA 2ª: O presente Compromisso tem por objeto a mitigação de danos ambientais apurados pelo órgão que constatou as irregularidades indicadas na Ocorrência nº 74/2022.[...]"

Data de celebração do TAC: 27 de fevereiro de 2024.

Chapadão do Sul/MS, 05 de março de 2024

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2024.00002452-7****PORTARIA 0001/2024/48ZE/CSF**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria; e

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024,



RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);

2. Expeça-se ofício circular, conforme Orientação Técnica 01/2024 do Núcleo Eleitoral, e, após, encaminhe-se cópia para as autoridades dos Municípios integrantes desta Zona eleitoral, notadamente ao Prefeito Municipal, Vereadores, Procurador-Geral do Município, Secretários Municipais e Chefe do Controle Interno.

3. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Às providências. Cumpra-se.

Chapadão do Sul/MS, 05 de março de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA  
Promotor de Justiça

#### CORUMBÁ

#### EDITAL Nº 0005/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000178-9.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Kassiano Andrews Gaeta Bispo

Assunto: Apurar a extração de 20 (vinte) árvores de espécies diversas (Angico, Gonçalo, Castelo e Aroeira), com 3,04 metros de comprimento e 10cm de base, com uso de motosserra, por Kassiano Andrews Gaeta Bispo (CPF nº 005.978.041-09), no imóvel rural “Sítio Pau Fincado”, em Corumbá/ MS, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Corumbá/MS, 01 de março de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2024/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000170-1.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Roberto Carlos Conceição de Arruda

Assunto: Auto de Infração nº 02736, Laudo de Constatação nº 11047, Ocorrência nº 13/2024 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 004/2ª CIA PMA/1ªBPMA/2024: autuação de Roberto Carlos Conceição de Arruda por fazer uso de fogo em 1.289,67 hectares de mata em área de preservação permanente (APP) na região da “Serra do Amolar”, há aproximadamente 400m imóvel rural “Pousada Dois Corações”, no Município de Corumbá/MS, sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida.

Corumbá/MS, 01 de março de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

---

**DOIS IRMÃOS DO BURITI**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>20</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900017-02.2024.8.12.0053, em que consta como vítima Efigênia Lopes da Silva<sup>21</sup> e como investigado Helio Lima Gonzaga, conforme se transcreve: "Ante o exposto, não vislumbrando justa causa para a propositura, por ora, de ação penal, nem tampouco utilidade de prosseguimento das investigações policiais, o Ministério Público pugna pelo Arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do artigo 18 do Código de Processo Penal"

Dois Irmãos do Buriti-MS, 08 de fevereiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0800644-32.2023.8.12.0053, em que consta como investigado Ireno Alves Domingos, conforme se transcreve: "Ante o exposto, considerando a inexistência de fato típico e antijurídico, o Ministério Público pugna pelo arquivamento do presente procedimento."

Dois Irmãos do Buriti-MS, 29 de fevereiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça

---

<sup>20</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>21</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**FÁTIMA DO SUL**

---

**EDITAL N° 0003/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002157-4 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002157-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Interessados:

-Instituição de Longa Permanência para Idosos de Fátima do Sul/MS;

-Maria Lucia D. Porangaba – Casa do Idosos Recanto Feliz – Vicentina/MS.

Assunto: Formalizar a realização de inspeção anual, referente ao ano de 2024, nas Instituição de Longa Permanência para Idosos de Fátima do Sul/MS e Vicentina/MS, nos termos do art. 1º da Resolução CNMP n. 154/2016 c/c art. 1º Instrução Normativa n. 1/2019-CGMP/MS.

Fátima do Sul/MS, 06 de março de 2024.

**RODRIGO CINTRA FRANCO**

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0004/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002158-5 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002158-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Interessados: Municípios de Fátima do Sul/MS, Vicentina/MS e Jateí/MS.

Assunto: Formalizar a realização de visitas/inspeção anual junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional da Comarca de Fátima do Sul, referente ao ano de 2024.

Fátima do Sul/MS, 06 de março de 2024.

**RODRIGO CINTRA FRANCO**

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0005/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002160-8 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002160-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Interessados: Municípios de Fátima do Sul/MS, Vicentina/MS e Jateí/MS.

Assunto: Assunto: Formalizar a realização de visitas/inspeção anual (março e setembro de 2024) nas instituições de acolhimento institucional e família acolhedora de crianças e adolescentes da Comarca de Fátima do Sul, exercício de 2024.

Fátima do Sul/MS, 06 de março de 2024.

**RODRIGO CINTRA FRANCO**

Promotor de Justiça



---

**MUNDO NOVO**

---

**EDITAL N. 0003/2024/01PJ/MUV****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0900040-59.2024.8.12.0016 e Autos n. SAJMP nº 08.2024.00018779-7

A 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>22</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0900040-59.2024.8.12.0016 e SAJMP nº 08.2024.00018779-7 em que constam como investigado Elso Mendonca De Souza e vítima Aguiar De Almeida Ferreira, conforme se transcreve: “Diante do exposto e com fulcro no artigo 395, inciso III, c.c. artigo 28, ambos do Código de Processo Penal, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça signatário, promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude da ausência de indícios de mínimos para a deflagração da ação penal (falta de justa causa para a promoção da ação penal + indicativos de presença da excludente de ilicitude da legítima defesa), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos.”

Mundo Novo, 06/03/2024.

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça

---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL N° 0006/2024/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2024.00000162-3

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: a apurar

ASSUNTO: Apurar falta de estrutura física da Escola Estadual Padroeira do Brasil, localizada no Assentamento Padroeira do Brasil, na zona rural deste município de Nioaque, para comportar o ensino em tempo integral.

Nioaque, 6 de março de 2024.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0007/2024/PJ/NOQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro - CEP 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 2020-9364

Inquérito Civil nº 06.2024.00000097-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Casanatto

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,57 hectares em área remanescente de vegetação nativa, no Lote 197 do Projeto de Assentamento Nioaque (CARMS0051401), em Nioaque/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 151/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Nioaque, 5 de março de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça

---

<sup>22</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



**EDITAL Nº 0008/2024/PJ/NOQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro - CEP 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 2020-9364

Inquérito Civil nº 06.2024.00000098-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ramona Pereira

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,29 hectares em área remanescente de vegetação nativa, no Lote 199 do Projeto de Assentamento Nioaque (CARMS0051404), em Nioaque/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 152/23 NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Nioaque, 5 de março de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2024/PJ/NOQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro - CEP 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 2020-9364

Inquérito Civil nº 06.2024.00000099-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clerio Pereira Soares

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,64 hectares em área declarada como Reserva Legal, no Lote 192 do Projeto de Assentamento Nioaque (CARMS0055745), em Nioaque/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 153/23 NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Nioaque, 5 de março de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2024/PJ/NOQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro - CEP 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 2020-9364.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000142-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcos Lopes Nogueira

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 3,19 hectares em área de Reserva Legal Proposta e em Área Consolidada, em regeneração natural há pelo menos 10 anos, bem como da supressão de 1,93 hectares em Área de Preservação Permanente, ambos danos ocorridos na Fazenda São Gabriel, em Nioaque/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Auto de Infração n. 013733/2023 e o Auto de Infração n. 013737/2023, respectivamente.”

Nioaque/MS, 5 de março de 2024.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça



---

**PARANAÍBA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2º Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900034-46.2024.8.12.0018, em que consta como vítima Silvia Ferreira dos Santos.

Por oportuno, cumpre esclarecer que, em caso de discordância do arquivamento, a senhora ou seu representante legal poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta notificação, apresentar pedido de revisão da decisão, acompanhado das respectivas razões, mediante protocolo na 2º Promotoria de Justiça de Paranaíba/MS, a teor do que disciplina o artigo 28 do Código de Processo Penal e artigos 4º, 5º e 6º, todos da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023.

Conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Silvia Ferreira dos Santos, uma vez que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia.

Paranaíba/MS, (Data da assinatura digital).

RONALDO VIEIRA FRANCISCO  
2º Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2º Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900009- 33.2024.8.12.0018, em que constam como autores e vítimas Adeilson Carolino Souza e Tais Maiara Gonçalves da Silva.

Por oportuno, cumpre esclarecer que, em caso de discordância do arquivamento, a vítima ou seu representante legal poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta notificação, apresentar pedido de revisão da decisão, acompanhado das respectivas razões, mediante protocolo na 2º Promotoria de Justiça de Paranaíba/MS, a teor do que disciplina o artigo 28 do Código de Processo Penal e artigos 4º, 5º e 6º, todos da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023.

Conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação das partes Adeilson Carolino Souza e Tais Maiara Gonçalves da Silva, uma vez que não mantiveram atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia.

Paranaíba/MS, (Data da assinatura digital)

RONALDO VIEIRA FRANCISCO  
2º Promotor de Justiça



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0804907-52.2022.8.12.0018/, bem como Cumpre esclarecer que, em caso de discordância do arquivamento, o(a) senhor(a) ou seu representante legal poderá, no prazo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento desta notificação, apresentar pedido de revisão da decisão, acompanhado das respectivas razões, mediante protocolo, na 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba/MS.

Por fim, solicito que confirme o recebimento da notificação em que constam como autor e vítima Daiane Aparecida dos Santos e Wendy Riposati Kemparski, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Daiane Aparecida dos Santos, uma vez que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia.

Paranaíba/MS, 05 de março de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO  
2º Promotor de Justiça

## RIO NEGRO

### EDITAL Nº0008/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001521-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: Acompanhar a Implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência no Município de Rochedo, conforme preconizado na Lei n. 13.431/17 e no Decreto n. 9.603/18..

Rio Negro, 06 de março de 2024

JEAN CARLOS PILONETO  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ3, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000530-78.2022.8.12.0048, em que constam como vítima A.C.M.M., conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, em razão da ausência de justa causa para exercício da ação penal”.

Rio Negro, 15 de fevereiro de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO  
Promotor de Justiça



---

**SIDROLÂNDIA**

---

**NÚMERO DO MP: 08.2023.00136999-6,****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>23</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado(a/s) Leandro Amaro Boing da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900466-18.2023.8.12.0045, em que constam como, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

1ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 06 de março de 2024.

**BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES**

Promotora de Justiça em Sub. Legal

---

**TERENOS**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>24</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2017.00022332-0, em que consta como vítima Joanir Félix Martins<sup>25</sup> e investigado Bruno de Oliveira Costa, conforme se transcreve: "Assim, o Ministério Público requer o arquivamento do feito, com fulcro no artigo 107, inciso I e IV, do Código Penal. "

Terenos-MS, 06 de março de 2024

**EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES**

Promotor de Justiça

---

**TRÊS LAGOAS**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>26</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0802302-90.2023.8.12.0021, em que consta como vítima Joselina Maria da Conceição, conforme se transcreve: como não se vislumbra a possibilidade de colheita de novas provas para identificação do autor do crime, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, sem prejuízo, evidentemente, o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 06 de março de 2024.

**JUI BUENO NOGUEIRA**

Promotor de Justiça

---

<sup>23</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>24</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>25</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>26</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>27</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0901475-87.2023.8.12.0021, em que constam como investigado Dener Silva de Oliveira e vítima Maria de Fátima, conforme se transcreve: o Ministério Público, com fulcro no art.107, inciso IV, do Código Penal, requer seja declarada extinta a punibilidade do investigado pelos delitos do art. 140 e art. 163 do CP e, por falta de justa causa para oferecimento de denúncia pelo art. 21da LCP, manifesta-se pelo arquivamento do inquérito policial.

Três Lagoas, 06 de março de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

<sup>27</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”